



DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES NO BRASIL EM DUAS DÉCADAS DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO

EMPLOYMENT DYNAMICS IN BRAZIL IN TWO DECADES OF LOW ECONOMIC GROWTH

Alexandre Gori Maia^(*)
Waldir José de Quadros^(**)



Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica das ocupações brasileiras entre os anos de 1982 e 2001, período caracterizado pelo baixo crescimento econômico e profundas transformações no mercado de trabalho. A hipótese central é a de que as transformações observadas nesse período contribuíram para manter a baixa qualificação e para reduzir os já precários padrões de remuneração das principais ocupações no Brasil. As ocupações mais qualificadas e com os maiores rendimentos foram as principais afetadas, tendo suas diferenças salariais reduzidas em relação àquelas menos qualificadas e de menor remuneração.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; estrutura ocupacional; desigualdade.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the employment dynamics in Brazil from 1982 to 2001, characterized by low economic growth and severe changes in the labor market. The central hypothesis is that the transformations observed in such period contributed to maintain low qualification jobs and to reduce the precarious patterns of remuneration of the main occupations in Brazil. Jobs with higher skills requirements and higher level of remuneration were specially affected, their income differences were reduced compared to those with less skills requirement and lower level of remuneration.

Key words: Labor Market, occupational structure; inequality.



(*) Professor do Instituto de Economia — Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP-IE — CESIT. *E-mail:* gori@eco.unicamp.br.

(**) Professor do Instituto de Economia — Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP-IE — CESIT. *E-mail:* waldir.quadros@gmail.com.



Acompanhando as transformações da economia mundial, o Brasil apresentou na virada do último século profundas alterações na estrutura de seu mercado de trabalho, afetando a qualidade e quantidade do emprego gerado (BALTAR, 1996). Até os anos 1970, a indústria de transformação e construção civil eram os alicerces da economia nacional. Nos anos 1980, houve uma ligeira proteção do emprego industrial e uma expansão dos serviços públicos sociais e dos serviços produtivos voltados para o consumo de alta renda (DEDECCA, 2005). A partir da década de 1990, evidencia-se uma rápida abertura do mercado nacional, afetando a capacidade de geração e qualidade do emprego de diversos setores econômicos, sobretudo do setor industrial (CHADAD, 2003). Com a desvalorização do real em 1999 e a retomada do crescimento da economia mundial nos anos 2000, o mercado de trabalho brasileiro recupera, em ritmo mais acelerado, sua capacidade de geração de empregos e renda, sobretudo em posições formais no setor não agrícola da economia (MAIA, 2010).



O crescimento econômico é uma condição essencial para melhorar a quantidade e qualidade do emprego de uma economia (HULL, 2009). Para que gere os efeitos desejados, o crescimento econômico deve ainda ser acompanhado de políticas que promovam, por exemplo, o crescimento do emprego nos setores mais produtivos, o aumento da produtividade nos setores menos produtivos e a redução das barreiras para acesso dos trabalhadores às melhores posições do mercado de trabalho. O problema é que, após quase 50 anos de intenso crescimento econômico, a economia brasileira mergulhou em uma dura estagnação econômica nas décadas de 1980 e 1990, quando se observou uma preocupante redução do número de pessoas com empregos em estabelecimentos minimamente estruturados, ao mesmo tempo em que cresceu expressivamente a participação da população em idade ativa e aquela à procura pelo emprego (BALTAR, 1998). Entre 1981 e 2001 o produto nacional real cresceu apenas 2,5% a.a., enquanto que a população economicamente ativa brasileira cresceu 3,2%. Comprometeu-se, dessa forma, a capacidade de absorção da mão de obra e crescimento da renda no mercado de trabalho.

Mudanças na política macroeconômica, racionalização e modernização da estrutura produtiva, principalmente a partir da década de 1990, também repercutiram no nível de emprego e afetaram os setores mais estruturados e organizados da economia. O ritmo acelerado das transformações em um contexto de baixo crescimento do produto reduziu a criação de novos postos no mercado de trabalho e o desemprego cresceu assustadoramente. A flexibilização da produção, desconcentração industrial, busca de qualidade total, formas transitórias de produção e outros tipos de ajustes estão cada vez mais presentes nas indústrias, que buscam se adaptar às novas formas de produção e à lógica do mercado mundial (CASTELLS, 1999). Há subcontratação de parte do trabalho para seus estabelecimentos transnacionais, generaliza-se a utilização de mão de obra temporária e, ao mesmo tempo, busca-se o consentimento da força de trabalho para a reversão de contratos sociais mais benéficos aos trabalhadores (ANTUNES, 2000).

Para avaliar os impactos desse período de baixo crescimento econômico e de profundas transformações na estrutura produtiva sobre o mercado de trabalho, este artigo analisa a dinâmica das ocupações entre os anos de 1982 e 2001. A hipótese central é a de que as transformações observadas nesse período contribuíram para manter

a baixa qualificação e para reduzir os já precários padrões de remuneração das principais ocupações no Brasil. As ocupações mais qualificadas e com os maiores rendimentos seriam as principais afetadas, tendo suas diferenças salariais reduzidas em relação àquelas menos qualificadas e de menor remuneração.

Para cumprir os objetivos propostos, este trabalho foi estruturado em quatro seções, além desta parte introdutória e das considerações finais: i) breve descrição do contexto macroeconômico; ii) material e métodos; iii) evolução do número de ocupados e da distribuição de rendimentos das ocupações mais expressivas do mercado de trabalho brasileiro; iv) evolução do perfil socioeconômico dos grupos relativamente homogêneos de ocupações definidos pelas suas respectivas distribuições de rendimentos.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

Em contraste com as elevadas taxas de crescimento econômico observadas entre 1940 e 1980, iniciou-se no Brasil dos anos 1980 um longo período de estagnação e baixo crescimento econômico. O aumento do preço internacional do petróleo, a elevação das taxas de juros nos EUA e a cessação do crédito internacional provocaram o colapso da dívida externa brasileira, obrigando o governo a adotar uma política macroeconômica que forçou uma adaptação da economia à restrição externa através de uma profunda recessão (LEONE *et al.*, 2010). A estagnação da economia e a aceleração da inflação desvalorizaram o trabalho assalariado e diminuíram sua participação nos estratos superiores da distribuição de rendimentos, aumentando a então elevada desigualdade dos rendimentos no mercado de trabalho (BALTAR, 1996). Não houve, no entanto, aumento do desemprego e redução da taxa de participação, pois o emprego cresceu, sobretudo no setor público, nas pequenas e médias empresas, negócios de pequenos e médios empregadores e trabalhos por conta própria.

Por um curto período de tempo, o crescimento das exportações entre 1984 e 1986 contribuiu para a retomada de elevadas taxas de crescimento econômico. O Plano Cruzado, em 1986, conseguiu bloquear o aumento dos preços e elevou o poder de compra dos salários. Entretanto, em 1987 reafirmou-se o contexto de estagnação e a volta de uma inflação cada vez mais descontrolada (CARNEIRO, 2002). As elevadas taxas de inflação observadas até o início dos anos 1990 afugentaram o investimento doméstico e estrangeiro e destruíram a capacidade de crescimento da economia (NAYAR, 2006).

Seguiram-se inúmeras tentativas frustradas de estabilização econômica até a implementação do Plano Real em 1994, cujas principais medidas adotadas basearam-se na valorização monetária, desindexação da economia, equilíbrio fiscal e privatizações. O início dos anos 1990 foi ainda marcado pela abertura comercial e financeira, abandonando-se a ideia de que industrialização tardia requer uma forte intervenção estatal e proteção do mercado nacional (OCAMPO, 2002). Entretanto, falhas em razão, sobretudo, da inefetiva ou desorientada implementação da abertura comercial e financeira contribuíram para manter o baixo crescimento econômico e impor adicionais restrições à restituição da quantidade e qualidade dos empregos no mercado de trabalho brasileiro. As elevadas taxas de juros praticadas no período desestimulavam o consumo e o investimento



produtivo. A recorrência de crises internacionais também influenciou a dinâmica macroeconômica, como a Crise Mexicana em 1998, a Asiática em 1997 e a Russa em 1998, que mostraram a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento ao fluxo cíclico de capital internacional e contribuíram para a manutenção das taxas de crescimento econômico no Brasil em níveis baixos (GALBRAITH, 2008). Na década de 1990, a taxa anual média de crescimento da economia brasileira foi de apenas 1,7%, ante 2,9% da década de 1980.

Paralelamente, mudanças na estrutura produtiva, desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de organizações industriais também repercutiram na qualidade e quantidade dos empregos criados. O ritmo acelerado de adoção da automação acentuou o processo de eliminação do emprego rural e a redução do emprego industrial. Por outro lado, fez crescer o peso do setor de serviços na estrutura social, principalmente serviços pessoais. A liberalização das importações, principalmente de bens intermediários, inviabilizou a continuidade de uma série de linhas de produção e acelerou a modernização de outras (BALTAR, 1996). A racionalização da produção também envolveu a terceirização de atividades das grandes empresas, com deslocamento de empregos para empresas menores e geração de oportunidades de trabalho por conta própria. Ao mesmo tempo, há uma expansão generalizada de diversas formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços (ANTUNES, 2000).



2. MATERIAL E MÉTODOS



CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

Para analisar a dinâmica das ocupações nas duas últimas décadas de baixo crescimento econômico, utilizaram-se informações da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mudanças metodológicas implementadas na PNAD ao longo de sua existência exigiram tratamento especial de algumas informações e foram também fatores de delimitação do período de análise.

Desde a década de 1970, o IBGE mantinha uma codificação própria para classificação das ocupações em suas pesquisas domiciliares (DEDECCA; ROSANDISKY, 2003). A partir do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2002, o IBGE adotou uma nova classificação de ocupações (CBO 2000 — Classificação Brasileira de Ocupações), que permitiu o uso integrado de suas informações com as provenientes de outras fontes de dados oficiais. No entanto, isso criou certa dificuldade de comparação das atuais ocupações com as utilizadas anteriormente: novas ocupações surgiram, outras foram extintas ou se converteram em novas categorias ocupacionais. Para conciliar a análise do período de baixo crescimento à viabilidade analítica das séries históricas da PNAD, optou-se por utilizar as informações dos anos de 1982 e 2001, que mantêm o mesmo núcleo básico de classificação das ocupações. O ano de 1982 foi escolhido por ser o primeiro da série com informações sobre a cor ou raça dos indivíduos, característica utilizada na análise

socioeconômica das ocupações, e o ano de 2001 por ser o último com a antiga classificação das ocupações.

Foram ainda considerados pequenos ajustes nessa tabela de codificação realizados para acompanhar as recentes transformações do cenário cultural, econômico e social ocorridos no país ao longo desse período. É o caso, por exemplo, do emprego doméstico, que era identificado por uma única categoria em 1982 e que foi dividido em 8 categorias em 2001, permitindo melhor captação da situação de diaristas, babás, faxineiras entre outras. Outras ocupações foram criadas, como a de programador de sistema, que não eram considerados em 1982 e representavam quase 160 mil ocupados em 2001.

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS

Os rendimentos dos ocupados foram deflacionados para reais (R\$) de outubro de 2007 a partir do INPC corrigido para a PNAD, um ajuste feito no índice de inflação para considerar as variações percebidas no dia 1º de cada mês, período de referência para os rendimentos captados pela PNAD (CORSEUIL; FOGUEL, 2002)⁽¹⁾.

A distribuição dos rendimentos foi analisada pelo índice T de Theil e pela distribuição das ocupações segundo faixas de rendimentos da ocupação principal. O índice T de Theil é um índice em escala logarítmica que estima a desigualdade distributiva dos rendimentos: se todos os rendimentos forem iguais, o índice T de Theil será igual a zero; à medida que a dispersão cresce em torno da média, o índice aumenta, atingindo o máximo teórico dado pelo logaritmo natural do número de observações da população quando toda a renda estiver concentrada nas mãos de uma única pessoa (HOFFMANN, 1998).

Seja uma população de tamanho n e massa de rendimentos igual a Rnd , onde cada indivíduo i apropria-se de uma massa de rendimentos equivalente a Rnd_i , a estimativa do índice T de Theil para essa população será dada pela expressão (1):

$$T \text{ de Theil} = \sum_{i=1}^n \frac{Rnd_i}{Rnd} \log n \frac{Rnd_i}{Rnd} \quad (1)$$

Uma importante propriedade do índice T de Theil é que este permite que a desigualdade seja perfeitamente desagregada em uma parcela devida à desigualdade intragrupos e outra devida às diferenças entregrupos. Permite, dessa maneira, que se estime a desigualdade devida às diferenças entre os rendimentos médios das ocupações e às diferenças entre os rendimentos individuais de uma mesma ocupação.

Para estimar a desigualdade dos rendimentos entre as ocupações, supõe-se que a população com massa de rendimentos igual a Rnd e tamanho igual a Pop possui k ocupações, cada uma com massa apropriada de rendimentos igual a Rnd_{oc} e tamanho

(1) Originalmente, a metodologia do INPC prevê que este permaneça centrado no dia 15 de cada mês.

igual a Pop_{oc} . Assim, a estimativa do índice T de Theil para a desigualdade entre as ocupações seria dada por:

$$T_{entre} = \sum_{es=1}^k \frac{Rnd_{oc}}{Rnd} \log \frac{Rnd_{oc} / Rnd}{Pop_{oc} / Pop} \quad (2)$$

NÍVEIS ECONÔMICOS E GRUPOS OCUPACIONAIS

Os padrões de remuneração das ocupações foram analisados a partir de cinco *níveis econômicos*, definidos a partir da classificação do rendimento mensal da ocupação principal: A) acima de 2.965 reais; B) 1.482 a 2.965 reais; C) 593 a 1.482 reais; D) 296 a 593 reais; E) abaixo de 296 reais. Em uma rápida analogia aos padrões sociais da população, poder-se-ia afirmar que os dois últimos estratos econômicos (D e E) aproximam-se das condições de exclusão ou semiexclusão do trabalhador, enquanto que os três primeiros (A, B e C) estariam associados a diversos estágios de inserção do trabalhador na classe média brasileira (MAIA; QUADROS, 2009).

A partir da distribuição de cada categoria ocupacional segundo níveis econômicos, criaram-se ainda grupos de padrões de remuneração relativamente homogêneos, aqui denominados *grupos ocupacionais*. A definição dos grupos ocupacionais foi obtida com a Análise de Cluster (AC), uma técnica multivariada de classificação hierárquica que distribui as observações em grupos de comportamento mutuamente exclusivos, de tal maneira que as características sejam homogêneas dentro e heterogêneas entre os grupos formados.

A Análise de Cluster procura definir grupos hierárquicos de observações dentro de uma população. No início do processo, cada elemento da amostra representa um cluster. Os dois clusters mais próximos são unidos para formar um novo cluster que os substitui e assim sucessivamente, até que reste apenas um. Há uma série de métodos baseados no mesmo princípio de agrupamentos hierárquicos que podem ser empregados nesse processo. A diferença entre os métodos está basicamente na maneira como a distância (ou dissimilaridade) entre os clusters é calculada (SAS, 1990). O método de agrupamento adotado neste trabalho foi o de Ward, uma estratégia de agregação baseada na análise das variâncias dentro e entre os grupos formados.

O objetivo do método de Ward é criar grupos hierárquicos de tal forma que as variâncias dentro dos grupos sejam mínimas e as variâncias entre os grupos sejam máximas (CRIVISQUI, 1999). Como demonstra a teoria estatística, dada uma variável quantitativa X de uma população com n observações e K grupos, onde o número de observações do K -ésimo grupo é dado por n_k , a variabilidade total de X pode ser decomposta em um componente dentro dos grupos e outro componente entre os grupos (3):

Variabilidade total = Variabilidade dentro + Variabilidade entre

$$\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2 = \sum_{k=1}^K \sum_{i=1}^{n_k} (X_i - \bar{X}_k)^2 + \sum_{k=1}^K n_k (\bar{X}_k - \bar{X})^2 \quad (3)$$

Onde \bar{X} é a média de X , e \bar{X}_k é a média do K -ésimo grupo.

Essas variabilidades podem também ser vistas como distâncias euclidianas do centro de gravidade (valor médio da população). Supondo agora o caso multivariado, com P variáveis quantitativas, têm-se as seguintes medidas de distanciamento (4):

$$\sum_{i=1}^n \sum_{p=1}^P (X_{ip} - \bar{X}_p)^2 = \sum_{k=1}^K \sum_{i=1}^{n_k} \sum_{p=1}^P (X_{ip} - \bar{X}_{kp})^2 + \sum_{k=1}^K \sum_{p=1}^P n_k (\bar{X}_{kp} - \bar{X}_p)^2 \quad (4)$$

Para evitar distorções procedentes das diferentes escalas de medidas das P variáveis de análise, estas devem referir-se aos valores padronizados.

O critério de agregação de cada estágio consiste em encontrar a próxima classe que minimize a variabilidade dentro do novo grupo. As somas dos quadrados dentro dos grupos (variabilidades dentro) costumam ser divididas pela soma total dos quadrados (variabilidade total), representando uma proporção da variabilidade máxima (R^2 semiparcial), para facilitar a interpretação das análises.

No início do processo, tem-se um grau zero de generalização (todas as observações são distintas entre si) e ao final do processo temos 100% de generalização (todas as observações são semelhantes entre si). Caberá ao pesquisador decidir entre o número de grupos que pretende definir na pesquisa, ou o grau de generalização que pretende adotar, ou ainda uma interação entre as duas opções, analisando as perdas e ganhos de cada escolha.

3. RESULTADOS

3.1. PAINEL DAS OCUPAÇÕES: EMPREGO E RENDA

Pode-se afirmar que a estrutura ocupacional brasileira cumpre um importante papel na definição do baixo rendimento da população, seja pela baixa qualificação das posições ou pelo baixo valor agregado de suas atividades. Dentre as 20 ocupações mais frequentes da estrutura ocupacional brasileira em 2001, que representavam mais de 42 milhões de pessoas ou 59% dos ocupados (Tabela 1), quase todas se caracterizavam pela baixa qualificação, baixa remuneração e pelo caráter temporal ou parcial de exercício da atividade.

É o caso, por exemplo, do trabalhador agropecuário, ocupação pouco qualificada e a mais frequente da estrutura ocupacional brasileira em 2001 (representava mais de 7 milhões de pessoas ou 10% dos ocupados). A maior parcela dos ocupados dessa categoria eram trabalhadores não remunerados empregados na pequena produção familiar (40% dos ocupados). Outra parcela expressiva encontrava-se em condição de emprego temporário (24% dos ocupados), fortemente influenciado pela sazonalidade da produção agrícola.

O emprego doméstico é a segunda ocupação mais frequente da estrutura ocupacional, com quase 6 milhões de pessoas ou 8% da população ocupada em 2001, e outro caso extremo de baixa qualidade e qualificação do trabalho. Nesse universo, 74% exerciam a função de domésticas não especializadas, 75% não possuíam carteira de trabalho assinada e mais de 20% trabalhavam mais de que 4 dias por semana. Foi a ocupação com o maior

crescimento absoluto no período, com 3 milhões de novas posições, ou seja, 12% do total do saldo líquido de ocupações entre 1982 e 2001.

Tabela 1 — Estrutura ocupacional: 20 ocupações mais frequentes — Brasil 2001

Ordem 2001	Descrição Ocupação	N. Pessoas (1.000s)	%	Cresc. 01-82
1	Trabalhador Agropecuário Geral	7.342	10,1	-1.197
2	Empregado Doméstico	5.942	8,2	3.047
3	Produtor Agropecuário Autônomo	3.760	5,2	-122
4	Vendedores	3.437	4,7	1.952
5	Motoristas	2.501	3,4	1.124
6	Comerciante Conta-Própria	2.450	3,4	1.298
7	Pedreiros	2.282	3,1	993
8	Mal Definida	2.253	3,1	1.418
9	Auxiliar Administrativo	1.800	2,5	54
10	Servente	1.513	2,1	636
11	Vendedor Ambulante	1.324	1,8	893
12	Trabalhador Braçal	1.295	1,8	388
13	Alfaiate	1.222	1,7	235
14	Ajudante Pedreiro	1.209	1,7	324
15	Comerciante	1.062	1,5	639
16	Cozinheiro	936	1,3	626
17	Professor 1ª a 4ª série	895	1,2	289
18	Recepcionistas	864	1,2	692
19	Mecânico Veículos	718	1,0	286
20	Vigias	665	0,9	310
	Outras ocupações	29.278	40,2	11.564
Total		72.748	100,0	25.450

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Com exceção das ocupações agrícolas, todas as demais ocupações mais frequentes apresentaram crescimento expressivo e foram responsáveis por 15 milhões de novas vagas criadas no mercado de trabalho brasileiro entre 1982 e 2001. Não houve mudanças substanciais na hierarquia socioeconômica dessas ocupações. Das ocupações que não constavam na lista das mais frequentes em 1982, apenas cozinheiros, recepcionistas e vigias passaram a vigorar entre as 20 maiores populações em 2001. Por outro lado, lavadeiras, encarregados administrativos e carpinteiros deixaram de constar entre as ocupações mais frequentes em 2001.

Como mostram os dados da Tabela 2, com exceção dos comerciantes, tratam-se de ocupações com baixos padrões de remuneração (níveis C, D e E). As duas mais frequentes, trabalhadores agropecuários e empregados domésticos, com mais 13 milhões de pessoas ou 18% dos ocupados em 2001, estavam quase que em sua totalidade classificadas nos níveis D e E.

Não bastasse o baixo padrão de remuneração dessas ocupações, houve ainda uma ligeira deterioração entre 1982 e 2001. Entre as 20 ocupações mais frequentes, praticamente todas pioraram sua classificação nesse período, principalmente aquelas em posições relativamente mais favoráveis em 1982. Por exemplo, comerciantes e motoristas, que apresentavam padrões econômicos relativamente superiores em 1982, tiveram seus níveis D e E acrescidos em 6 e 8 pontos percentuais, respectivamente. No conjunto total, a parcela de ocupados nos dois níveis inferiores cresceu 2 pontos percentuais.

**Tabela 2 — Distribuição das ocupações segundo níveis econômicos
— Brasil 1982 e 2001**

Descrição Ocupação	1982				2001			
	AB	C	DE	Total	AB	C	DE	Total
Trabalhador Agropecuário Geral	0	3	97	100	0	2	98	100
Empregado Doméstico	0	3	97	100	0	7	93	100
Produtor Agropecuário Autônomo	5	20	75	100	4	11	84	100
Vendedores	5	26	70	100	5	23	72	100
Motoristas	21	59	20	100	17	55	28	100
Comerciante Conta-Própria	21	40	38	100	17	30	54	100
Pedreiros	4	55	41	100	3	42	54	100
Mal Definida	11	31	58	100	7	23	70	100
Auxiliar Administrativo	18	48	34	100	13	42	45	100
Servente	1	16	84	100	1	11	88	100
Vendedor Ambulante	11	29	60	100	5	18	77	100
Trabalhador Braçal	1	21	77	100	1	14	86	100
Alfaiate	1	20	78	100	2	18	80	100
Ajudante Pedreiro	0	11	89	100	0	8	92	100
Comerciante	70	26	4	100	61	29	10	100
Cozinheiro	2	25	72	100	1	16	83	100
Professor 1ª a 4ª série	7	38	55	100	8	39	53	100
Recepcionistas	5	37	58	100	4	29	66	100
Mecânico Veículos	14	43	44	100	10	38	52	100
Vigias	5	49	47	100	3	32	65	100
Outras ocupações	26	34	41	100	23	31	46	100
Total	13	26	61	100	13	24	63	100

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

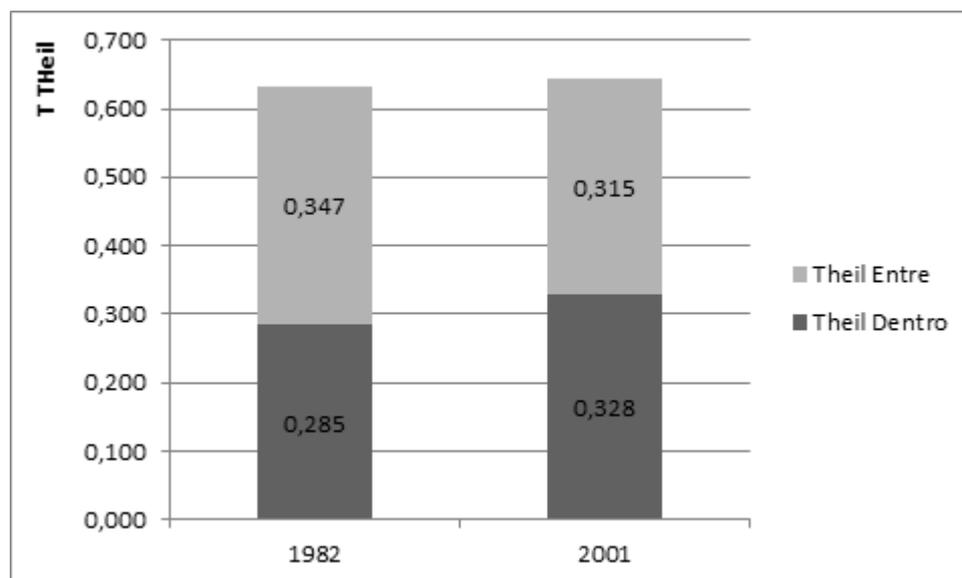
O crescimento mais elevado da parcela de excluídos (níveis D e E) nas ocupações relativamente melhor classificadas seria responsável pela redução da diferença dos padrões de remuneração entre as ocupações. De fato, o índice T de Theil para a desi-

gualdade entre os rendimentos médios das ocupações (equação 2), que representa a parcela da desigualdade devida às diferenças entre as ocupações, caiu 9% entre 1982 e 2001 (Gráfico 1). Por outro lado, aumentou em 15% a parcela da desigualdade devida às diferenças entre trabalhadores de uma mesma ocupação (equação 1 — equação 2) e em 2% a desigualdade no conjunto total dos ocupados (equação 1).

Esses resultados sugerem a redução da importância da ocupação na diferenciação do rendimento do trabalhador e a maior heterogeneidade dos padrões de remuneração de ocupados classificados em um mesmo código ocupacional. Em outras palavras, houve uma aproximação dos padrões de remuneração entre ocupações distintas, o que poderia estar associado, principalmente, ao crescimento da parcela de mal remunerados entre aquelas ocupações até então melhor classificadas.

Dessa análise é ainda possível apontar dois outros importantes resultados: i) a magnitude da desigualdade dos rendimentos; ii) a relevância das ocupações na diferenciação do rendimento dos ocupados. A conhecida desigualdade social brasileira refletiu-se no mercado de trabalho com um elevado T de Theil (equação 1), na casa de 0,64, que indica uma desigualdade extrema pouco observada em outros países do mundo. Mesmo com a queda observada entre 1982 e 2001, as ocupações cumprem ainda um importante papel na diferenciação dos rendimentos dos ocupados. Em 2001, o índice T de Theil para as diferenças entre os rendimentos médios das 361 ocupações identificadas pela PNAD (T de Theil equivalente a 0,315) correspondia a 49% do valor total do índice T de Theil para as diferenças de rendimentos entre os 73 milhões de ocupados brasileiros (0,643).

Gráfico 1 — Desigualdade entre e dentro das ocupações — Brasil 1982 e 2001



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

3.2. DINÂMICA DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

A redução dos padrões de remuneração das ocupações brasileiras pode ser melhor identificada analisando a dinâmica dos *grupos ocupacionais*, ou seja, grupos relativamente homogêneos de ocupações segundo padrões de remuneração. Primeiramente, obtiveram-se os percentuais dos ocupados nos cinco níveis econômicos para cada ocupação em 1982 e 2001. Posteriormente, ocupações com participações semelhantes foram agregadas pela técnica de AC segundo o princípio da mínima variabilidade dentro dos grupos identificados (equação 4). De acordo com os procedimentos adotados, uma mesma ocupação com participações diferentes nos níveis econômicos em 1982 e 2001 pode pertencer, em cada ano, a um distinto grupo ocupacional.

Quatro grupos foram selecionados e esses representavam, conjuntamente, 62% da variabilidade máxima das participações segundo os cinco níveis econômicos (Tabela 3). O critério de seleção dos grupos privilegiou a contribuição parcial na explicação da variabilidade total das informações e a viabilidade analítica de cada configuração.

Tabela 3 — Contribuições parciais (R^2 semiparcial) para principais clusters da AC — Brasil 1982 e 2001

N. Clusters	R^2 SemiParcial	R^2
1	0,285	0,000
2	0,228	0,285
3	0,106	0,512
4	0,061	0,618
5	0,046	0,679
6	0,036	0,726
7	0,031	0,761

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da PNAD, microdados, IBGE.

Como era de se esperar em uma estrutura de extremas desigualdades, os quatro grupos selecionados revelam uma hierarquia de padrões ocupacionais com substanciais diferenças na participação dos níveis econômicos (Tabela 4). O primeiro grupo apresenta o mais elevado padrão, com cerca de 70% dos ocupados classificados nos níveis econômicos A e B e menos de 7% de excluídos nos níveis D e E. O segundo grupo agrega ocupações com padrões medianos da sociedade, concentrados no nível C, mas também com substanciais participações nos níveis B e E. O terceiro grupo apresenta baixos padrões e concentra mais de 70% de sua população nos níveis D e E. Finalmente, o quarto grupo representa uma situação extrema de exclusão com mais de 70% dos ocupados no nível econômico E.

**Tabela 4 — Grupos ocupacionais segundo níveis econômicos —
Brasil 1982 e 2001**

Grupo Ocupacional	1982				2001				
	1	2	3	4	1	2	3	4	
Ocupações	N.	70	195	80	18	52	169	114	26
	%	19	54	22	5	14	47	32	7
Pessoas	N. (1.000s)	3.428	15.881	15.064	12.926	5.000	20.281	28.779	18.688
	%	7	34	32	27	7	28	40	26
Participação Nível Econômico (%)	A	46	5	1	0	42	5	1	0
	B	26	15	3	0	29	15	4	1
	C	23	48	23	3	22	44	23	6
	D	4	25	39	19	5	26	38	20
	E	1	8	34	77	2	10	33	73
Total		100	100	100	100	100	100	100	

Elaboração dos autores com base em dados da PNAD, microdados, IBGE.

No primeiro grupo, predominam os empregadores do comércio e indústria, cargos executivos e profissões de qualificação superior, tais como advogados e médicos (Tabela 5). No grupo médio, concentram-se ocupações de trabalhadores, semiespecializadas mas de baixa qualificação, tais como motoristas, pedreiros, professores do primeiro grau e auxiliares administrativos. Trabalhadores braçais, vendedores e outras ocupações de pouca ou quase nenhuma qualificação estão no terceiro grupo, em que a exclusão social atinge parcela majoritária dos ocupados. É ainda o grupo com o maior número de ocupados (29 milhões em 2001) e com o crescimento mais significativo no período (48%). No último e mais precário grupo ocupacional, estão as três ocupações mais frequentes da estrutura ocupacional (trabalhadores agropecuários, domésticas, produtores agropecuários autônomos) e outras posições de caráter predominantemente agrícola.

**Tabela 5 — Ocupações mais frequentes segundo grupo ocupacional —
Brasil 1982 e 2001**

Grupo 2001	Descrição Ocupação	N. Pessoas (1.000s)	%	Cresc. 01-82	Grupo 1982
1	Comerciante empregador	1.062	21,2	639	1
	Comerc. ambulante empregador	484	9,7	261	1
	Empregador Indústria Transf.	401	8,0	163	1
	Advogados	300	6,0	207	1
	Médicos	274	5,5	154	1
	Adm. Indústria Transf.	270	5,4	129	1
	Outras ocupações	2.209	44,2	20	
	Total		5.000	100,0	1.572
2	Motoristas	2.501	12,3	1.124	1
	Pedreiros	2.282	11,2	993	2
	Auxiliar Administrativo	1.800	8,9	54	1

Grupo 2001	Descrição Ocupação	N. Pessoas (1.000s)	%	Cresc. 01-82	Grupo 1982
2	Enfermeiro não diplomado	640	3,2	318	1
	Encarregado Administrativo	555	2,7	162	2
	Professor 5a a 8a série	529	2,6	357	1
	Outras ocupações	11.974	59,0	1.391	
	Total	20.281	100,0	4.401	
3	Vendedores	3.437	11,9	1.952	2
	Comerciante conta-própria	2.450	8,5	1.298	2
	Mal definida	2.253	7,8	1.418	2
	Serventes	1.513	5,3	636	2
	Vendedor ambulante	1.324	4,6	893	1
	Trabalhador braçal	1.295	4,5	388	2
	Outras ocupações	16.507	57,4	7.130	
	Total	28.779	100,0	13.715	
4	Trabalhador agropecuário geral	7.342	39,3	-1.197	3
	Empregado doméstico	5.942	31,8	3.047	2
	Produtor agropec. autônomo	3.760	20,1	-122	3
	Técnico agropecuário	320	1,7	298	3
	Pescadores	247	1,3	99	3
	Bordadeira e cerzadeira	244	1,3	32	3
	Outras ocupações	833	4,5	3.605	
Total	18.688	100,0	5.762		

Elaboração dos autores com base em dados da PNAD, microdados, IBGE.

As ocupações com padrões relativamente mais elevados são aquelas com os menores contingentes populacionais. Esse fato está associado não somente à baixa participação dos ocupados brasileiros nas ocupações mais qualificadas, mas também ao grau de especialização e fragmentação do mercado de trabalho nessas posições. As ocupações de menor padrão socioeconômico, por outro lado, exigem baixa especialização e qualificação e concentram as maiores densidades populacionais, como os trabalhadores braçais, trabalhadores agropecuários e outras ocupações mal definidas.

A dinâmica dos grupos entre 1982 e 2001 sugere um processo de regressão dos padrões de remuneração das ocupações, sobretudo para aquelas de perfil mediano. Segundo as informações da Tabela 4, caiu em 7 pontos percentuais o número de ocupações e em 6 pontos percentuais a população do segundo grupo ocupacional. Por outro lado, cresceu em 10 pontos percentuais o número de ocupações e em 8 pontos percentuais a população do terceiro grupo ocupacional.

Houve uma aproximação de muitas ocupações de perfil caracteristicamente de classe média para aquelas de baixa qualificação e mal definidas. Das 363 ocupações identificadas em 1982, apenas 18 (5%) apresentaram mobilidade social ascendente⁽²⁾ e 85 (23%) caíram para grupos inferiores⁽³⁾ (Tabela 5). Esse processo de regressão dos padrões de

(2) Situações abaixo da diagonal principal da matriz apresentada na Tabela 6.

(3) Situações acima da diagonal principal da matriz apresentada na Tabela 6.

remuneração foi mais intenso entre as ocupações de perfil mediano (grupo 2) em que, das 195 ocupações em 1982, 50 (26%) regrediram a padrões sociais inferiores.

Tabela 6 — Número de ocupações segundo grupo ocupacional⁽⁴⁾ — Brasil 1982 e 2001

Grupo Ocupacional	2001					
	1	2	3	4	Total	
1982	1	44	23	1	1	70
	2	6	134	47	3	195
	3		7	62	10	80
	4		2	3	12	18
	Total	52	169	114	26	

Elaboração dos autores com base em dados da PNAD, microdados, IBGE.

Entre as ocupações com mobilidade ascendente no período deve-se destacar: i) a mudança dos vendedores de doces ambulantes da condição de extrema exclusão para a não muito menos precária condição do terceiro grupo ocupacional; ii) a dos professores primários e outros professores especiais ou mal especificados, que passaram do terceiro para o segundo grupo. O baixo contingente populacional das demais ocupações com mobilidade ascendente recomenda cautela nas considerações, dada a baixa significância das análises. No geral, as ocupações com mobilidade ascendente representam pouco mais de 700 mil pessoas contra 19 milhões de pessoas daquelas com mobilidade descendente.

Entre as ocupações com mobilidade descendente estão algumas das mais importantes e expressivas da estrutura social. Entre essas, ocupações até então tipicamente de classe média, como comerciantes conta-própria, recepcionistas e secretárias, que regrediram aos padrões de remuneração de ocupações pouco qualificadas, como trabalhadores braçais e vendedores ambulantes. O pequeno comerciante conta-própria é um caso característico dessa dinâmica. Símbolo de dinamismo e liberdade econômica no passado (MILLS, 1979), perderam poder econômico e atualmente acabam pertencendo, por tradição e cultura, às camadas inferiores da estrutura ocupacional. Fenômeno semelhante aconteceu nas áreas rurais com a nova condição do produtor agropecuário autônomo, ocupação com 3,8 milhões de integrantes, que regrediu para a condição de extrema exclusão em 2001.

(4) Ocupações de 2001 sem classificação em 1982, ou de 1982 sem classificação em 2001, foram consideradas apenas nos totais.

**Tabela 7 — Ocupações mais frequentes segundo mobilidade social
— Brasil 1982 e 2001**

Mobilidade	Descrição Ocupação	N. Pessoas (1.000s)	%	Grupo 1982	Grupo 2001
Ascendente	Doceiro ambulante	267	36,8	4	3
	Professor não especificado	156	21,5	3	2
	Professor 1o grau	108	14,9	3	2
	Auxiliar justiça	59	8,1	2	1
	Ocupado indústria gráfica	40	5,5	3	2
	Cardador e penteador (textil)	30	4,1	3	2
	Oficiais justiça	21	2,9	2	1
	Prático Farmácia	20	2,8	3	2
	Outras ocupações	26	3,6		
	Total	726	100,0		
Descendente	Produtor agropecuário autônomo	3.760	20,1	3	4
	Comerciante conta-própria	2.450	13,1	2	3
	Recepcionistas	864	4,6	2	3
	Mecânico veículos	718	3,8	2	3
	Vigias	665	3,6	2	3
	Encarregado administrativo	555	3,0	1	2
	Operador caixa	497	2,7	2	3
	Secretárias	496	2,7	2	3
	Outras ocupações	8.682	46,5		
	Total	18.688	100,0		

Elaboração dos autores com base em dados da PNAD, microdados, IBGE.

Além da dinâmica dos padrões de remuneração, ainda é possível identificar importantes transformações nas características sociais dos grupos ocupacionais (Tabela 8). Por exemplo, embora as mulheres tenham aumentado substancialmente sua participação no mercado de trabalho e, mais especificamente, em ocupações de maior qualificação e remuneração, pouco ou quase nenhum progresso observou-se em relação aos não brancos. Estes continuam sendo maioria nas ocupações do quarto e mais precário grupo ocupacional (58%), enquanto os brancos são majoritários em ocupações do mais alto grupo ocupacional (83%). Segundo Maia; Garcia (2007), o significativo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, aliado ao baixo dinamismo econômico do período, contribuiu para a explosão do desemprego, especialmente entre as mulheres e negros, os grupos mais frágeis da estrutura social, além de piorar as já precárias posições econômicas de praticamente todos os grupos de gênero e raça no mercado de trabalho.

Tabela 8 — Distribuição dos ocupados segundo características sociais e perfis ocupacionais (%) — Brasil 1982 e 2001

Grupo Ocupacional		1982					2001				
		1	2	3	4	Tot	1	2	3	4	Tot
Sexo	Masculino	83	78	68	51	68	69	73	56	52	61
	Feminino	17	22	32	49	32	31	27	44	48	39
Cor ou Raça	Branco	84	65	55	46	58	83	63	55	42	55
	Ñ Branco	16	35	45	54	42	17	37	45	58	45
Idade	10 a 24	8	29	34	54	36	6	19	29	29	25
	25 a 39	50	44	34	23	35	43	44	39	33	39
	40 a 54	31	21	22	15	21	38	30	24	24	27
	55 ou mais	11	7	11	7	8	12	7	7	15	10
Escol.	Sem Est.	2	9	25	37	21	0	2	4	14	6
	1º grau	34	63	63	62	61	18	43	58	77	56
	2º grau	22	19	9	1	11	26	36	30	8	26
	3º grau	42	9	3	0	7	56	20	7	0	12
Contrib. Previd.	Com Contr.	89	77	43	8	48	74	68	49	16	48
	Sem Contr.	11	23	57	92	52	26	32	51	84	52

Elaboração dos autores com base em dados da PNAD, microdados, IBGE.

Acompanhando a dinâmica demográfica, houve um generalizado processo de envelhecimento dos ocupados entre os grupos sociais. De maneira geral, reduziu-se em 11 pontos percentuais a participação de jovens entre 10 e 24 anos, mas de forma mais acentuada naqueles grupos mais precários, em que estes eram majoritários. Estes continuam, entretanto, associados aos perfis ocupacionais mais baixos: a participação dos jovens no terceiro e quarto grupos é igual ou superior a 10 pontos percentuais em relação ao segundo e primeiro grupos. A exclusão passou também a estar associada aos mais velhos: subiu de 7% para 15% a percentagem de ocupados do quarto grupo com mais de 55 anos, a maior entre os grupos ocupacionais.

Embora houvera uma substancial expansão do ensino médio e superior entre os ocupados brasileiros, este aumento ficara basicamente restrito aos três primeiros grupos ocupacionais. A participação dos ocupados com ensino superior aumentou principalmente nas ocupações melhor classificadas (14 pontos percentuais). Nas ocupações do segundo e terceiro grupos, aumentou principalmente a participação dos ocupados com ensino médio e, no quarto grupo, pouco progresso observou-se nos indicadores de escolaridade média ou superior.

Em outras palavras, a escolaridade superior ou média estaria sendo cada vez mais um requisito básico nas ocupações de melhores padrões socioeconômicos, enquanto que a majoritária parcela dos trabalhadores com não mais que o primário completo acaba concentrada nas ocupações da base da pirâmide ocupacional. Estes representam 91% dos ocupados no quarto grupo e 62% no terceiro grupo.

A distribuição dos ocupados segundo contribuição previdenciária oficial fornece ainda aproximação para a condição de informalidade do trabalhador e permite



importantes considerações sobre a dinâmica das diferenças entre os perfis ocupacionais. Embora a parcela de ocupados sem contribuição permaneceu inalterada entre 1982 e 2001, houve significativas alterações nas distribuições internas aos grupos ocupacionais. Caiu em 14 pontos percentuais a participação dos ocupados com contribuição no primeiro grupo e em 8 pontos percentuais no segundo grupo. No terceiro e quarto grupos esta cresceu, respectivamente, 6 e 8 pontos percentuais, embora estes grupos permaneçam com parcela majoritária de trabalhadores em supostas situações de informalidade (51% e 84%, respectivamente). De maneira geral, pode-se afirmar que houve uma aproximação das taxas de ocupados sem contribuição das ocupações oriundas dos dois grupos superiores às preocupantes taxas dos dois grupos inferiores. Ou seja, reduziram-se as diferenças entre os grupos ocupacionais em prejuízo, mais uma vez, às ocupações mais qualificadas e de mais poder econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este trabalho procurou apresentar algumas das principais características da dinâmica das ocupações entre os anos de 1982 e 2001, período caracterizado pelo baixo crescimento econômico e por profundas transformações no mercado de trabalho. Os resultados sugerem um processo de regressão de alguns dos principais indicadores da quantidade e qualidade do emprego, como o predomínio da geração de ocupações pouco qualificadas e a aproximação dos padrões de remuneração das ocupações melhor qualificadas em relação àquelas da base da pirâmide ocupacional.

Para viabilizar essas análises, construiu-se um painel com as ocupações mais expressivas da estrutura ocupacional brasileira e analisou-se sua evolução no que se refere à geração de emprego e distribuição de rendimentos. A análise foi complementada com a dinâmica de grupos relativamente homogêneos de ocupações (grupos ocupacionais), identificados a partir da participação dos ocupados nos níveis de rendimento do trabalho principal (níveis econômicos).

Destacou-se a manutenção dos baixos padrões de remuneração das ocupações mais expressivas da estrutura ocupacional brasileira. Continuam prevalecendo ocupações caracterizadas pela exigência de baixa ou quase nenhuma qualificação, além de apresentarem elevada parcela de trabalhadores com rendimentos abaixo de padrões toleráveis de bem-estar socioeconômico. Observou-se ainda uma aproximação dos padrões de rendimentos entre as ocupações, com especial prejuízo àquelas de topo da estrutura ocupacional.

A partir da dinâmica dos grupos ocupacionais, identificou-se um expressivo número de ocupações em processo de regressão de seus padrões de remuneração, ou seja, com a aproximação de suas distribuições aos níveis econômicos daquelas ocupações caracterizadas pelo baixo padrão socioeconômico.

A análise das características sociais dos grupos ocupacionais permitiu ainda importantes considerações sobre a dinâmica no mercado de trabalho. As mulheres, por exemplo, conquistaram espaço no mercado de trabalho, especialmente nas ocupações de maior

padrão de remuneração. Por outro lado, pouco progresso ocorreu em relação aos não brancos, que continuam majoritários naqueles grupos de ocupações menos qualificadas. A recente tendência demográfica brasileira de envelhecimento da população reduziu a parcela de jovens no mercado de trabalho, embora estes continuem associados, assim como os mais idosos, às ocupações da base da pirâmide ocupacional. Por fim, identificou-se também uma preocupante aproximação das ocupações de grupos superiores àquelas de grupos inferiores no que se refere à parcela de ocupados sem contribuição previdenciária oficial, uma aproximação para medir a condição de informalidade do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). *Economia; trabalho*. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, v. 1, p. 147-161, 1998.
- _____. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, n. 6, p. 75-111, 1996.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, IE — Unicamp, 2002.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHADAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, 2003.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. *Texto para discussão*, Rio de Janeiro: IPEA, n. 897, 2002.
- CRIVISQUI, E. *Presentación de los métodos de clasificación*. Programa Presta, ULB, 1999.
- DEDECCA, C. S. Evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-111, 2005.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. Sensos e dissensos: as inovações metodológicas do censo demográfico 2000. *Revista da ABET*, v. 3, n. 2, jun./dez. 2003.
- GALBRAITH, J. Inequality and economic and political changes. *UTIP Working Paper*, Austin: University of Texas, n. 51, 2008.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: USP, 1998.
- LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.
- MAIA, A. G. Labor market dynamics in a context of structural changes: a comparative study between Brazil and United States. *Anais do XV Encontro da SEP*, São Luiz, 2010.
- MAIA, A. G.; GARCIA, V. G. Desigualdade e discriminação segundo gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Revista da ABET*, v. 6, p. 133-153, 2007.
- MAIA, A. G.; QUADROS, W. J. Tipologia municipal de classes sócio-ocupacionais: uma nova dimensão para análise das desigualdades territoriais no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 47, n. 2, p. 389-418, 2009.



MILLS, W. *A nova classe média*. 3. ed. Tradução de Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NAYAR, D. Globalisation, history and development: a tale of two centuries. *Cambridge Journal of Economics*, v. 30, p. 137-159, 2006.

OCAMPO, J. A. Development and the global order. In: CHANG, H. J. (org). *Rethinking development economics*. London: Anthem, 2003.

SAS. *SAS/STAT* — user's guide. Cary: SAS, 1990.

Recebido em: 23 de janeiro de 2010.

Aceito em: 5 de novembro de 2010.